



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**TAIANE CARVALHO DOS SANTOS**

**O PROCESSO DE EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS: PERCEPÇÃO SOBRE  
AS ALTERAÇÕES DECORRENTES DA IMPLEMENTAÇÃO DO  
PROGRAMA ÚNICO DE COMÉRCIO EXTERIOR.**

**Rio de Janeiro**  
**Novembro de 2018**

**TAIANE CARVALHO DOS SANTOS**

**O PROCESSO DE EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS: PERCEPÇÃO SOBRE  
AS ALTERAÇÕES DECORRENTES DA IMPLEMENTAÇÃO DO  
PROGRAMA ÚNICO DE COMÉRCIO EXTERIOR.**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Administração à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ).

Orientador (a): Camila Avosani Zago

**Rio de Janeiro  
Novembro de 2018**

**RESUMO:**

O objetivo geral deste estudo foi analisar como os profissionais que trabalham com exportação no setor têxtil e de confecção no Município do Rio de Janeiro perceberam as alterações decorrentes da implementação do Programa Único de Comércio Exterior. A pesquisa foi realizada em três etapas. Em primeiro momento focou-se na revisão de literatura para discutir os conceitos e temáticas que envolvem o Comércio Exterior, em especial sobre a exportação. Na segunda etapa, os estudos foram centrados na coleta e análise de dados de fontes secundárias, extraídos de fontes governamentais e não governamentais brasileiras e estrangeiras. Na terceira fase, ocorreu a coleta de dados empíricos nas fontes primárias por meio de entrevistas semiestruturadas aplicadas junto a empresas atuantes na exportação de produtos têxtil e de confecção localizadas no Município do Rio de Janeiro. Nesta pesquisa, foram discutidos os aspectos do comércio internacional, comércio exterior no Brasil, exportações brasileiras. Também foi apresentando o Programa Único de Comércio Exterior. A partir dos resultados obtidos, conclui-se que a percepção dos profissionais é positiva, uma vez que as mudanças culminaram na simplificação dos processos, causando impactos importantes na redução dos prazos e custos.

**Palavras-chave:** comércio internacional, comércio exterior, exportações, Programa Único de Comércio Exterior, setor têxtil e de confecção.

**ABSTRACT:**

The objective of this study was to analyze how the professionals who work with trade export of products in the industry textile and clothing in the city of Rio de Janeiro noticed the changes resulting from the implementation of the Single Foreign Trade Program. The research was carried out in three stages. At first, it focused on the literature review to discuss the concepts and themes that involve Foreign Trade, especially about export. In the second stage, the studies focused on the collection and analysis of data from secondary sources, extracted from Brazilian and foreign governmental and non-governmental sources. In the third phase, empirical data were collected from the primary sources through semi-structured interviews with companies active in the export of textile and clothing products located in the city of Rio de Janeiro. In this research, we discussed the aspects of international trade, foreign trade in Brazil and brazilian exports. It also presented the Single Foreign Trade Program. From the obtained results, it is concluded that the professionals' perception is positive, since the changes culminated in the simplification of the processes, causing important impacts in the reduction of the deadlines and costs.

**Keywords:** international trade, export, single foreign trade program, textile and clothing industry.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Entraves do processo de exportação brasileiro. ....	15
--	----

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Balança Comercial: Exportação, Importação, Saldo e Corrente.....	13
Gráfico 2 - Exportação Setor Têxtil e de Confecção.....	19

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Empresas exportadoras no estado do Rio de Janeiro. ....	22
Quadro 2 - Destinos de exportação. ....	24
Quadro 3 - Entrevistados.....	25

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>1.1 Objetivos</b> .....	7
<b>1.1.1 Objetivo Geral</b> .....	7
<b>1.1.2 Objetivo Específicos</b> .....	7
<b>1.2 Justificativa</b> .....	8
<b>1.3 Organização do Trabalho</b> .....	9
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	10
<b>2.1 Comércio Internacional</b> .....	10
<b>2.2 Comércio Exterior no Brasil</b> .....	12
<b>2.2.1 Exportações</b> .....	13
<b>2.3 Programa Portal Único de Comércio Exterior</b> .....	16
<b>2.4 Setor Têxtil e de Confecção</b> .....	17
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	20
<b>4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	24
<b>4.1 Perfil dos Respondentes</b> .....	24
<b>4.2 Descrição dos Resultados</b> .....	25
<b>4.3. Análise dos Resultados</b> .....	28
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	29
<b>5.1 Considerações Finais</b> .....	29
<b>5. 2 Sugestões para Futuros Trabalhos</b> .....	30
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	31
<b>ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	34

## 1. INTRODUÇÃO

Através da globalização da economia, o comércio internacional deixou de ser algo reservado para as grandes potências, com um número cada vez maior de empresas reunindo condições para amplificar as suas atividades e ingressar no mercado internacional. Segundo Vazquez (2003), principalmente com a globalização, os países intercambiam bens e serviços com mais rapidez, em um fluxo que tende a ser cada vez mais ágil e interativo. Keedi (2012) aponta que esse comércio decorre da impossibilidade que uma nação tem em ser autossuficiente, uma vez que a troca de bens e serviços entre países ocorre devido as vantagens comparativas dos mesmos em função da divisão internacional do trabalho.

De acordo com dados divulgados pelo Banco Mundial (2018), o Brasil é a oitava maior economia mundial, com um Produto Interno Bruto (PIB) de 2,056 trilhões de dólares. Apesar de ser uma das maiores economias mundiais e possuir uma indústria diversificada, o percentual de exportações em relação ao PIB, segundo o banco, é de aproximadamente 13%, um valor baixo, principalmente em comparação com outros países.

Além disso, a participação do país no volume mundial de exportação de bens em 2017 foi apenas 1,3% conforme dados divulgados pelo *World Trade Organization* (WTO) (2018). A Confederação Nacional da Indústria (CNI) (2016) considera que “esse cenário pode ser, em grande parte, explicado pela falta de competitividade das empresas exportadoras brasileiras, que precisam superar diversos desafios para vender seus produtos no mercado internacional”.

Para a CNI (2016), isso ocorre porque as empresas brasileiras vivenciam diversas dificuldades no processo de exportação, podendo destacar o elevado custo do transporte e manuseio de carga, as altas tarifas cobradas pelos órgãos anuentes e o excesso de leis e documentos complexos e conflituosos. Esses entraves afetam a capacidade das empresas de oferecer preços competitivos e concorrer no mercado externo (CNI, 2016).

Buscando facilitar a exportação e, assim, reduzir prazos e custos e aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior, o governo iniciou o Programa Único de Comércio Exterior após a publicação do Decreto 8.299 de 2014. O novo processo de exportações desenvolvido pelo programa iniciou em algumas operações em março de 2017 e teve sua implantação completa em todas as operações em dezembro de 2017.

De acordo com o MDIC (2017), a iniciativa teve como objetivo reformular os processos de importação, exportação e trânsito aduaneiro, tornando os processos mais eficientes, harmonizados e integrados entre os diferentes agentes envolvidos no comércio exterior.

Considerando a necessidade de aumento da participação do Brasil no volume mundial de exportação de bens e a implementação desse programa que visa contribuir para esse aumento, o problema de pesquisa a ser respondido por este estudo é: *Qual a percepção dos profissionais que trabalham com a exportação de produtos têxteis e de confecção a respeito das mudanças decorrentes da implementação do Programa Único de Comércio Exterior?*

O foco do presente estudo é a exportação de produtos das indústrias têxtil e de confecção de forma abrangente, focando nas exigências fundamentais para a exportação dos produtos, sendo assim, não serão aprofundadas as exigências de um bem ou mercado específico. Além disso, busca-se abordar apenas os processos internos do Brasil, podendo citar, mas não entrando nas peculiaridades de acordos internacionais.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Tem-se como objetivo principal deste trabalho verificar como os profissionais que trabalham com a exportação do setor têxtil e de confecção perceberam as alterações decorrentes da implementação do Programa Único de Comércio Exterior, no Município do Rio de Janeiro.

### **1.1.2 Objetivo Específicos**

Para cumprir o objetivo principal, foram estabelecidos os seguintes objetivos secundários deste trabalho:

- i. verificar o cenário do comércio exterior brasileiro, com foco na atividade exportadora;
- ii. apontar os principais benefícios e dificuldades do processo de exportação;
- iii. apresentar o Programa Único de Comércio Exterior;
- iv. averiguar as principais mudanças ocorridas no processo de exportação com a implantação do programa, especialmente no setor têxtil e de confecção.



## 1.2 Justificativa

Para Demo (2000, p.20), a “pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação de conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento”. Desta maneira, a pesquisa constitui-se como um processo importante na construção de novos conhecimentos, como também um processo de aprendizagem tanto do indivíduo que a realiza, quanto da sociedade na qual está inserida. Para Nogueira e Bastos (2012, p. 226), na formação do profissional de administração, espera-se que dentro e fora da sala, haja espaço para reflexões, desenvolvimento e aquisição de conhecimentos e habilidades.

Considerando a relevância da inserção do Brasil no comércio internacional, Sarquis (2011), considera que o comércio exterior do Brasil teve impacto positivo sobre o crescimento registrado entre 2004 e 2008. De acordo com o autor, as teorias sobre o comércio internacional indicam uma relação positiva entre abertura comercial e expansão da atividade econômica, sendo que a primeira pode gerar a segunda. O autor considera que “o crescimento econômico é vital para as economias em desenvolvimento, sendo este processo determinante para que convirjam com as fronteiras tecnológicas e de bem-estar das economias avançadas” (SARQUIS, 2011, p. 11). Esse crescimento, de acordo com Sarquis, contribui para a obtenção de outros objetivos econômicos, como geração de mais empregos e melhoria da distribuição de renda.

Uma forma de alavancar a inserção no comércio internacional é expandindo a participação do país no volume de exportações mundiais. De acordo com Pinheiro, Markwald e Pereira (2002, p.7), essa atividade é considerada essencial,

Poucos temas gozam de tanta unanimidade entre os economistas brasileiros atualmente como a necessidade de o país aumentar significativamente suas exportações. A principal razão para isso é provavelmente a constatação de que o espaço para déficits comerciais será reduzido nesta primeira década do século 21, tendo em vista a perspectiva de déficits crescentes na conta de serviços do balanço de pagamentos e o objetivo de limitar o crescimento da razão passivo externo/PIB. Vale dizer, superávits e não déficits comerciais precisam ser a norma nos anos à frente, e um caminho natural para gerá-los é exportando mais. Menos consensual, ainda que poucos defendam diretamente o contrário, é o argumento de que o Brasil também precisa exportar mais para buscar maior integração aos fluxos de comércio internacional.

Ainda que a atividade exportadora ofereça vários benefícios, as empresas brasileiras não se internacionalizam, pois vivenciam uma vasta gama de dificuldades no processo de exportação. Um estudo realizado pelo CNI (2016) com 847 empresas exportadoras identificou diversos entraves. Dentre eles, vários são o foco direto do Programa Único de Comércio Exterior, tais como excesso e complexidade dos documentos de exportações, tempo para fiscalização, despacho e liberação de produtos, múltiplas interpretações dos requisitos legais pelos agentes públicos, exigências de documentos originais e/ou com diversas assinaturas, procedimentos de desembaraço complexos, falta de padronização nos diversos órgãos anuentes, falta de sincronismo entre os órgãos anuentes e a Receita Federal.

Sendo assim, a implantação do novo processo de exportações constitui-se como uma importante iniciativa governamental de desburocratização e facilitação do comércio exterior brasileiro e averiguar os impactos dessas alterações, principalmente sob o olhar dos profissionais envolvidos no processo de exportação é crucial para direcionar as ações do governo e enriquecer a produção acadêmica sobre o comércio exterior brasileiro.

### **1.3 Organização do Trabalho**

Esta monografia está estruturada em cinco partes. A primeira apresenta a introdução, a problemática de pesquisa, bem como os objetivos e a relevância da mesma. A segunda demonstra as discussões teóricas a respeito do comércio exterior, concentrando-se nas abordagens sobre o comércio exterior e a exportação brasileira, nessa seção também é apresentado o Programa Único de Comércio Exterior. Na terceira seção, são demonstrados os recursos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa que resultaram neste trabalho. Na quarta parte, a discussão concentrou-se na descrição e análise dos resultados obtidos na pesquisa. Na última etapa são feitas as considerações finais a respeito desta pesquisa e apresentadas sugestões para uma futura evolução da pesquisa sobre esse assunto, seguidas das referências utilizadas.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Comércio Internacional

O comércio é uma transação, podendo ser traduzido como a compra, troca ou venda de mercadorias, produtos, valores, entre outros. De acordo Maluf (2010), quando se fala em comércio internacional, essa troca envolve diferentes países, dessa forma, ele pode ser definido como a troca de bens e serviços entre agentes de diferentes nacionalidades. O comércio internacional surgiu na época histórica denominada mercantilismo, quando as nações dominantes da época iniciaram suas expedições rumo às índias na busca de produtos raros e de valor (MANFRE, 2009).

O conceito básico era identificar o fornecedor de produtos escassos e desejados pelo mercado. De acordo com Krugman e Obstfeld (1996), sob a ótica mercantilista acreditava-se que uma nação seria tão rica quanto o seu estoque de metais preciosos. Por conta disso, segundo essa visão o Estado deveria tomar providências para estimular o comércio e a indústria, favorecendo as exportações e dificultando as importações a fim de se obter um superávit comercial (KRUGMAN; OBSTFELD, 1996).

Para Krugman e Obstfeld (1996) Adam Smith se posicionou contra o pensamento mercantilista, pois entendia que a riqueza de uma nação é medida em termos de produção e consumo de sua população e não pela quantidade de metais preciosos em seu poder. Em sua teoria de vantagens absolutas, considerou a favor do livre comércio como poderoso mecanismo capaz de promover o aumento da produção através da especialização, e, com as trocas, aumentar o consumo (KRUGMAN; OBSTFELD, 1996).

De acordo com os autores supracitados, sua teoria não conseguia explicar todas as possibilidades de comércio, uma vez que sua vantagem só ocorreria se o país tivesse algum tipo de vantagem absoluta, ou seja, que conseguisse produzir alguma mercadoria a um custo mais baixo que outros países e tirar proveito da especialização e das trocas. Para explicar todas as possibilidades de comércio, David Ricardo apresentou as teorias das vantagens comparativas que entende que o comércio entre diferentes países pode ser benéfico mesmo quando um deles não possui vantagem absoluta (KRUGMAN; OBSTFELD, 1996).

Na economia mundial, existe a interdependência econômica entre os diversos países envolvidos nas relações internacionais em uma flexível e complexa rede de trocas comerciais. Economicamente, nenhum país

é autossuficiente em produção para abastecer seu mercado interno, por isso são necessárias as trocas comerciais de bens e serviços com outros países e/ou blocos econômicos, ou seja, as relações econômicas entre os países ocorrem por meio das compras e das vendas de produtos e de serviços (PERREIRA, 2015, p. 21-22).

A maioria dos autores considera que o comércio internacional pode ser benéfico para qualquer país nele envolvido. Segundo Krugman e Obstfeld (2010, p.53), “o motivo fundamental pelo qual o comércio beneficia potencialmente um país é que ele expande as escolhas da economia. Essa expansão de escolhas significa que é sempre possível redistribuir renda de tal modo que todos saiam ganhando com o comércio”. Mankiw (2014, p.9) aponta que “os países são beneficiados com a possibilidade de comercializar uns com os outros, uma vez que o comércio permite que eles se especializem naquilo que fazem melhor e desfrutem de uma maior variedade de bens e serviços”.

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se à sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio (RICARDO, 1996, p. 44).

Além de permitir que o país se especialize naquilo que faz melhor, o comércio internacional também permite que o mesmo aprenda com o resto do mundo sobre novas tecnologias, possibilidades dos mercados no exterior, conhecimentos, metodologias de trabalho, entre outras (CAVES; FRANKEL; JONES, 2001).

Com um posicionamento crítico a respeito do comércio internacional, Bello (2002), considera que o comércio internacional é benéfico, porém as regras que o regem dão margem à contestação. De acordo com o mesmo autor, o comércio internacional é regulado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) que em grande parte se orienta pelo livre mercado e por práticas monopolistas.

Bello (2002) entende que as regras que regem o mercado apesar de aparentarem igualdade, beneficiam as grandes potências comerciais e suas grandes corporações, elas criam um ambiente competitivo onde os países industrializados, que possuem uma infraestrutura de apoio muito grande estabelecida pelo governo, dispõem de reservas de capitais maiores, o que lhes permite vender seus produtos a preços mais baixos.

Para Sarquis (2011, p.17), “independentemente das diferentes e complementares visões, prevalece hoje o raciocínio de que se pode auferir benefícios consideráveis do comércio internacional, pelas vias conjuntas das exportações e das importações.” A inserção do Brasil no comércio internacional vem apresentando crescimento nos últimos anos, porém, a infraestrutura logística do país não tem demonstrado uma evolução no mesmo ritmo que os importadores e exportadores necessitam.

## **2.2 Comércio Exterior no Brasil**

A maior abertura econômica do Brasil ocorreu nos anos 90, iniciada durante a gestão do presidente Fernando Collor e continuada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse período, o governo interviu com incentivos ao parque industrial nacional, aplicando medidas que propiciaram o aumento da eficiência operacional e competitividade das empresas nacionais, direcionando os recursos financeiros para programas de qualidade e aprimoramento tecnológico (TOSTA et al., 2011).

Para Moreti (2011, p. 67), “o processo de abertura da economia foi um acontecimento extremamente marcante na história econômica do Brasil, pois representou a ruptura entre o regime de economia fechada e o de economia aberta”. Segundo Filgueiras (2000), o governo Collor através de uma ruptura política econômica e com características claramente neoliberais, surgiu com uma proposta de projeto de longo prazo com a implementação de reformas estruturais na economia, no Estado e na relação do país com o resto do mundo.

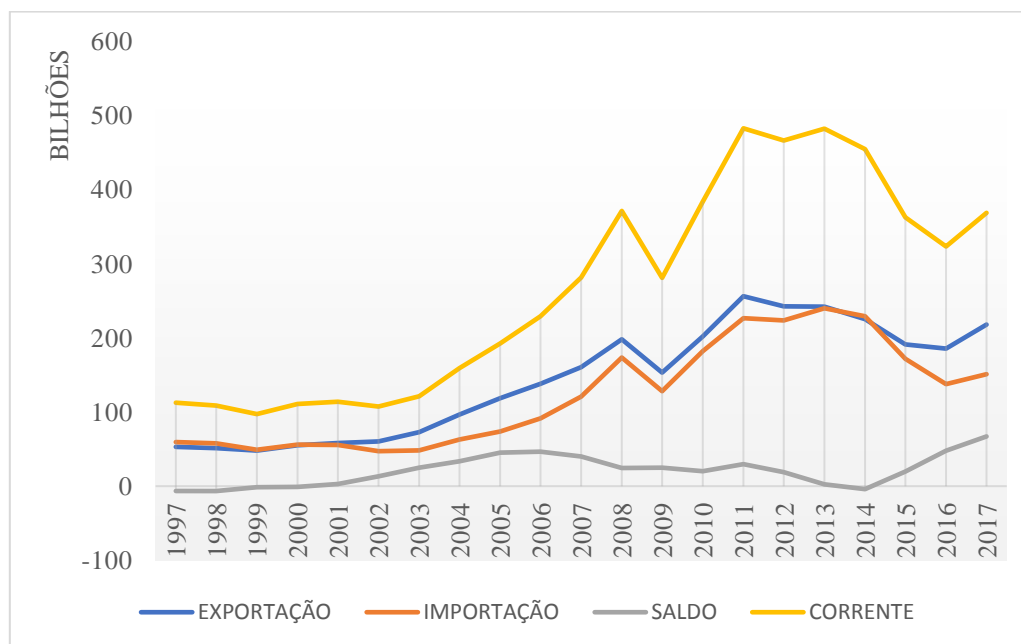
A abertura da economia brasileira intensificou-se a partir de 1990. O esgotamento do modelo de substituição de importações e a crescente desregulamentação dos mercados internacionais contribuíram para uma reestruturação da economia brasileira, influenciada pela redução das tarifas de importação e eliminação de várias barreiras não-tarifárias (REGO, 2000, p. 184).

Moreira e Correia (1997, p. 68) relatam que “realizou-se um amplo processo de liberalização comercial em que se concedeu maior transparência à estrutura de proteção, eliminaram-se as principais barreiras não tarifárias e reduziram-se gradativamente o nível e o grau de proteção da indústria local”.

A partir de então o Brasil vem apresentando crescimento no cenário do comércio mundial, alcançando uma corrente total de comércio exterior do país (representada pela soma das suas importações e exportações) de US\$ 368,4 bilhões em 2017 conforme

apontado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Ainda de acordo com o MDIC, a balança comercial do Brasil registrou um superávit de US\$ 67 bilhões em 2017, apresentando o seu melhor resultado em 29 anos. Conforme o Gráfico 1, foram US\$ 217,74 bilhões em exportações (um crescimento de 18,5% em relação a 2016).

Gráfico 1 - Balança Comercial: Exportação, Importação, Saldo e Corrente



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2018)

Ainda que esteja apresentando crescimento, o Brasil é um país pequeno se for levada em consideração a sua participação no volume mundial de exportações e importações. Detentor de um PIB de R\$ 6,6 trilhões em 2017 (IBGE, 2018), equivalente a US\$ 2,02 trilhões, o Brasil vem mantendo, nos últimos tempos, uma participação tímida no comércio internacional, ocupando a 26ª posição. A sua participação, de acordo com o *World Trade Organization* (2018), é de apenas 1,2% no volume mundial, não apresentando crescimento em relação a 2016.

### 2.2.1 Exportações

Keedi (2012, p.19), “exportar é o ato de remeter a outro país mercadorias produzidas em seu próprio ou em terceiros países, que sejam de interesse do país importador, e que proporcionem, a ambos envolvidos, vantagens na sua comercialização

ou troca”. A exportação pode ser de bens e serviços, onde na exportação de bens ocorre a transferência de mercadorias e na exportação de serviços tem-se a transferência de assessoria, consultoria, conhecimentos, turismo, entre outros. Conforme afirma Vazquez (2007), a exportação é a atividade que proporciona a abertura do país para o mundo. É dessa forma que o exportador assimila técnicas e conceitos a que não teria acesso em seu mercado interno.

Bessa (2016) entende que a exportação é uma das melhores formas de uma empresa alavancar o crescimento. Parte das empresas que iniciam o processo de exportação tem um crescimento considerável em comparação às concorrentes que não exportam e além dos ganhos financeiros, melhora a sua imagem no mercado interno, reduz a dependência do mercado interno (diminuindo os riscos), diminui sua capacidade ociosa e conhece novas tecnologias.

Lopez e Gama (2005) apontam que existem inúmeras razões para uma empresa buscar o mercado externo, como a possibilidade de ampliar sua participação no mercado, reduzir os riscos do mercado, melhorar a competitividade no mercado interno, melhorar a produção, otimizar ativos, reduzir custos de produção, aprender novas tecnologias e *know-how* internacional, beneficiar-se da sazonalidade, melhorar a imagem perante clientes, fornecedores e bancos.

Minervini (2005) apresenta como motivos que levam as empresas a entrarem no mercado internacional: (i) a estratégia de desenvolvimento da empresa; (ii) melhor utilização das instalações; (iii) aumento da produtividade; (iv) prolongamento do ciclo de vida do produto; (v) maior diversificação dos riscos; (vi) melhorias da imagem da empresa e; (vii) dificuldades de vendas no mercado interno.

Ainda que a atividade exportadora ofereça vários benefícios, as empresas brasileiras não se internacionalizam, pois vivenciam uma vasta gama de dificuldades no processo de exportação. Um estudo realizado pelo CNI (2016) com 847 empresas exportadoras identificou os principais entraves do processo de exportação brasileiro conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Entraves do processo de exportação brasileiro.

<b>ENTRAVES</b>	<b>CRITICIDADE</b>
Custo do transporte	3,61
Tarifas cobradas por portos e aeroportos	3,44
Baixa eficiência governamental no apoio à superação das barreiras às exportações	3,23
Oferta de preços competitivos	3,11
Tarifas cobradas pelos órgãos anuentes	3,04
Leis conflituosas, complexas e pouco efetivas	3,04
Excesso de leis e frequente alteração de regras	3,03
Excesso e complexidade dos documentos de exportação	3,03
Tempo para fiscalização, despacho e liberação de produtos	3,00
Dificuldade de conhecimento de leis originárias de diversas fontes	2,87
Múltiplas interpretações dos requisitos legais pelos agentes públicos	2,84
Taxa de juros	2,83
Taxa de câmbio	2,80
Exigência de documentos originais e/ou com diversas assinaturas	2,78
Procedimentos de desembarço complexos	2,78
Greves de profissionais envolvidos nas atividades de exportação	2,74
Disponibilidade de capital para as exportações	2,74
Excesso de tributos	2,58
Falta de padronização de procedimentos nos diversos órgãos anuentes	2,58
Falta de sincronismo entre os órgãos anuentes e a Receita Federal	2,58
Prospecção de mercados potenciais	2,56
Marketing pouco efetivo no mercado-alvo	2,55
Falta de assistência das instituições de governo e órgãos anuentes	2,54
Baixa disponibilidade e ineficiência dos portos	2,53
Ausência de acordos comerciais com os mercados de atuação	2,00

Fonte: CNI (2016)

Dentre os principais entraves citados, tem-se vários que se relacionam com o Programa Único de Comércio Exterior, tais como excesso e complexidade dos documentos de exportações, tempo para fiscalização, despacho e liberação de produtos, múltiplas interpretações dos requisitos legais pelos agentes públicos, exigências de documentos originais e/ou com diversas assinaturas, procedimentos de desembarço complexos, falta de padronização nos diversos órgãos anuentes, falta de sincronismo entre os órgãos anuentes e a Receita Federal. Sendo assim, a implantação do novo processo de exportações surge como uma iniciativa governamental de desburocratização e facilitação do comércio exterior brasileiro.



### 2.3 Programa Portal Único de Comércio Exterior

Esta seção busca apresentar o programa de acordo com as informações disponibilizadas pelo MDIC (2015) no Portal Único de Comércio Exterior – Portal Siscomex. De acordo com o MDIC, o Programa Portal Único de Comércio Exterior é um projeto do governo que busca reformular os processos de importação, exportação e trânsito aduaneiro. Seu objetivo é tornar os processos mais eficientes, harmonizados e integrados entre os diferentes agentes envolvidos no comércio exterior.

O programa foi baseado em três pilares: (i) integração; (ii) redesenho dos processos e; (iii) tecnologia da informação. Através da integração, visou-se maior harmonia entre os processos de comércio exterior. Segundo o MDIC, o trâmite para exportação de uma mesma operação envolvia o cumprimento de exigências documentais em divergentes órgãos de governo, sendo assim necessário apresentar as mesmas informações várias vezes e de formas distintas, situação causadora de retrabalhos e custos desnecessários.

A partir da integração de conhecimentos e sistemas buscou-se resgatar o objetivo central do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) que de acordo com o Decreto 660 de 1992, define o SISCOMEX como um instrumento administrativo que integra as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, mediante um único sistema.

A segunda base do programa é o redesenho dos processos. De acordo com os dados disponibilizados pelo MDIC, o processo de operações de comércio exterior no Brasil está alicerçado em uma estrutura desenvolvida durante a abertura comercial da década de 90. Com a evolução da complexidade das transações internacionais, novas necessidades de controle são requeridas, gerando novas etapas procedimentais que nem sempre estão harmonizadas com o processo de exportação existentes. Com o acúmulo dessas etapas e somando ao fluxo de mercadorias a serem controladas, verificam-se gargalos que trazem atrasos e imprevisibilidade para as operações, aumentando seus custos.

Por fim, o último pilar diz respeito à tecnologia da informação. Para isso, o programa baseia-se na abordagem “*Single Window*”. A primeira iniciativa do programa foi o desenvolvimento da Plataforma do Portal Único de Comércio Exterior. Essa interface introduziu a abordagem “*Single Window*”, permitindo acesso aos atuais e futuros

sistemas e possibilidade de acompanhamento de todas as operações de comércio exterior a partir de um único canal.

Para o MDIC (2017), dentre os principais benefícios para os exportadores, pode-se destacar a eliminação de documentos – os Registros de Exportação, Declaração de Exportação e Declaração Simplificada de Exportação passaram a ser substituídos por um único documento, a Declaração Única de Exportação (DUE); eliminação de etapas processuais através do fim de autorizações duplicadas em documentos distintos; integração com a nota fiscal eletrônica; 60% de redução do preenchimento de dados; automatização de conferência de informações; guichê único entre os exportadores e o governo; o despacho aduaneiro, movimentação de carga, licenciamento e certificação deixam de ser sequenciais, tornando os fluxos processuais paralelos e expectativa de redução de 40% do prazo médio de exportação.

De acordo com o MIDC são resultados esperados a redução de prazos e custos, transparência e previsibilidade, simplificação e implantação do portal único. Com a redução dos prazos espera-se reduzir o tempo médio de exportação de 13 para 8 dias. Para garantir maior transparência e previsibilidade, busca-se disponibilizar em um único portal todas as exigências, licenças ou autorização relevantes para as operações de comércio exterior.

Assim, toda legislação pertinente ao comércio exterior será acessada através do Portal SISCOMEX. Além disso, as regras que incidem sobre as operações de comércio exterior passariam a ser implementadas pelo SISCOMEX. Os dados e informações recebidos no Portal Siscomex irão consolidar um banco de dados unificado do comércio exterior, permitindo, assim, a elaboração de estatísticas e indicadores de desempenho.

## **2.4 Setor Têxtil e de Confecção**

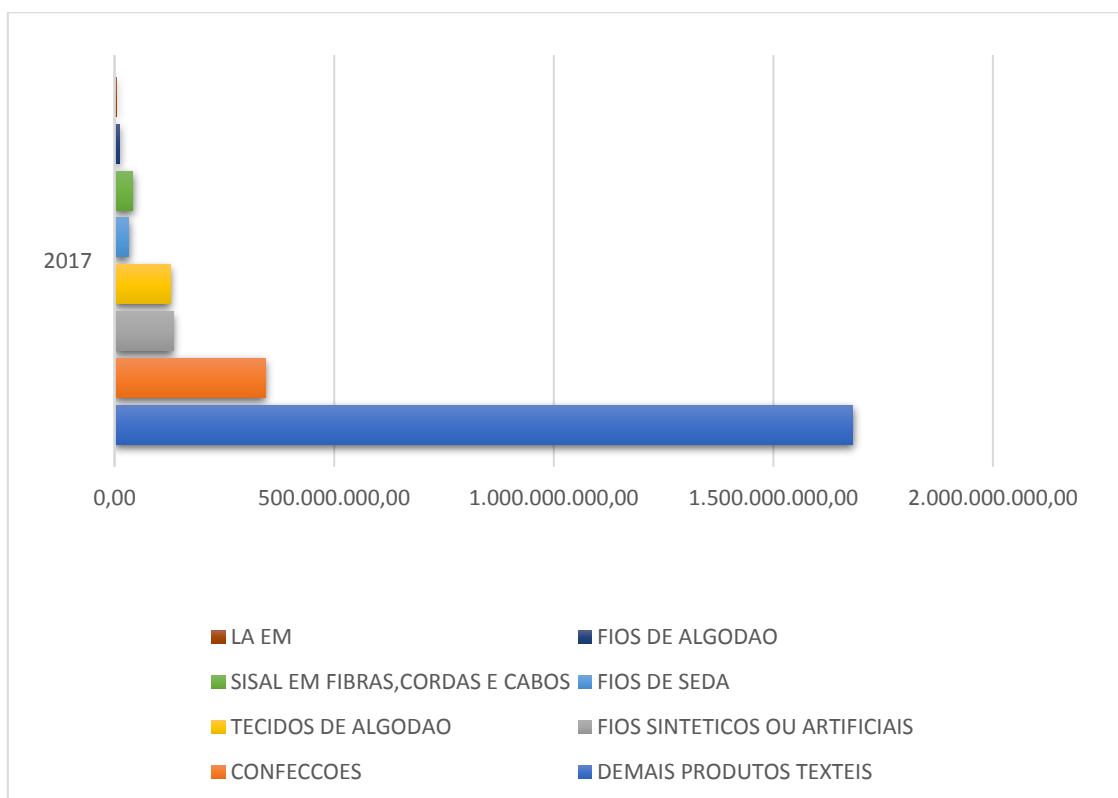
O setor têxtil e de confecção compreende os processos de produção de fibras, fiação, tecelagem, malharia, aviamentos, criação, modelagem, pilotagem, costura, beneficiamento e estamparia (FIRJAN, 2018). De acordo com informações disponibilizadas pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e da Confecção (ABIT, 2018) o setor têxtil e de confecção brasileiro é referência mundial em *design* de moda praia, *jeanswear* e *homewear*, apresentando crescimento também nos segmentos de *fitness* e *lingerie*.

A indústria têxtil é a segunda maior geradora de primeiro emprego e segunda maior empregadora da indústria de transformação, possui 27,5 mil empresas em todo o País, empregando 1,5 milhão de empregados diretos e 8 milhões indiretamente (ABIT, 2018). De acordo com a ABIT (2018), o Brasil é uma cadeia têxtil completa do ocidente, possui mais de 100 escolas e faculdades de moda e desenvolve as atividades desde a produção das fibras até os desfiles de moda, passando pelas etapas de fiações, tecelagens, beneficiadoras, confecções e varejo.

Em 2017, o setor obteve um faturamento de US\$ 51,58 bilhões contra US\$ 42,94 bilhões em 2016, apresentando um crescimento de aproximadamente 20% (ABIT, 2018). Em relação ao comércio exterior, o setor têxtil e de confecção apresenta uma pequena participação, correspondendo a apenas 2% da corrente total de comércio exterior (ABIT, 2018). De acordo com os dados da ABIT (2018), o volume de exportação (sem fibra de algodão), em 2017, foi de US\$ 2,4 bilhões, contra US\$ 1,0 bilhão em 2018.

Conforme o Gráfico 2, 70% dos produtos exportados da indústria têxtil e de confecção são categorizados como “demais produtos têxteis”. Entre as demais categorias definidas, tem-se maior atuação na exportação de confecções, apresentando 15% do volume total. Logo em seguida, tem-se os fios sintéticos correspondendo a 5,36% e tecidos de algodão com 5,33% do volume de exportação. Os demais produtos exportados representam individualmente apenas 1% da exportação.

Gráfico 2 - Exportação Setor Têxtil e de Confecção



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2018)

De acordo com a Firjan (2018), “o setor Têxtil e o setor de Confecção são parte de cadeias industriais que geram números expressivos no estado do Rio de Janeiro. Eles são responsáveis pelo alto índice de empregabilidade na indústria de transformação”. Conforme dados apontados por Santos et al. (2017), a região Serrana do Rio de Janeiro é conhecida como o polo nacional de moda íntima, com uma concentração de mais de 1.300 fábricas de *lingerie*, que juntas produzem cerca de 125 milhões de peças por ano, representando 25% da produção nacional. De acordo com Santos et al. (2017), 14% das empresas do polo, trabalham com exportação, principalmente para os Estados Unidos, Portugal, Argentina e Uruguai.

### 3. METODOLOGIA

De acordo com Vergara (1998), algumas das formas de se obter acesso ao conhecimento são a filosofia, a mitologia, a religião, a arte, o senso comum e a ciência; em muitos pontos essas formas interagem, mas são diferentes em seu núcleo central. Através da ciência busca-se oferecer explicações acerca de um fenômeno por meio da pesquisa, mas ela não deve ser considerada dogma, pois conforme a autora, é através das reflexões, discussões, contradições, sistematizações e resistemizações que é possível obter acesso ao conhecimento científico.

Para Marconi e Lakatos (2003), existem algumas características que diferem o conhecimento científico das outras formas de conhecimento.

O conhecimento científico é real (factual) porque lida com ocorrências ou fatos, isto é, com toda "forma de existência que se manifesta de algum modo" (frujillo, 1974:14). Constitui um conhecimento contingente, pois suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida através da experiência e não apenas pela razão, como ocorre no conhecimento filosófico. É sistemático, já que se trata de um saber ordenado logicamente, formando um sistema de ideias (teoria) e não conhecimentos dispersos e desconexos. Possui a característica da verificabilidade, a tal ponto que as afirmações (hipóteses) que não podem ser comprovadas não pertencem ao âmbito da ciência. Constitui-se em conhecimento falível, em virtude de não ser definitivo, absoluto ou final e, por este motivo, é aproximadamente exato: novas proposições e o desenvolvimento de técnicas podem reformular o acervo de teoria existente.

Marconi e Lakatos (2003) retratam que a ciência é um processo sistemático e todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos. O método independentemente do tipo, alcança seus objetivos quando cumpre ou se propõe a cumprir as seguintes etapas: (i) descobrimento do problema; (ii) colocação precisa do problema; (iii) procura de conhecimento ou instrumentos relevantes ao problema; (iv) tentativa de solução do problema com auxílio dos meios identificados; (v) invenção de novas ideias ou produção de novos dados empíricos; (vi) obtenção de solução; (vii) investigação das consequências da solução obtida; (viii) comprovação da solução; (ix) correção das hipóteses, teorias, procedimentos ou dados empregados na obtenção da solução correta (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Considerando a classificação por métodos, o presente estudo utiliza-se do método observacional, uma vez que “no estudo por observação, apenas observa algo que acontece ou já aconteceu” (GIL, 2008, p.16). De acordo com Gil (2008, p. 16), “por um lado, pode

ser considerado como o mais primitivo e, conseqüentemente, o mais impreciso. Mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais”.

Gil (2008, p. 26) entende que o desenvolvimento do método científico ocorre através da pesquisa, uma vez que a “objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Para Lakatos e Marconi (2007, p. 157), a pesquisa pode ser considerada “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Prodanov e Freitas (2013, p. 49), consideram que a “a pesquisa científica visa a conhecer cientificamente um ou mais aspectos de determinado assunto. Para tanto, deve ser sistemática, metódica e crítica. O produto da pesquisa científica deve contribuir para o avanço do conhecimento humano”.

Segundo Koche (2007, p. 122), “o planejamento de uma pesquisa depende tanto do problema a ser estudado, da sua natureza e situação espaço-temporal em que se encontra, quanto da natureza e nível de conhecimento do pesquisador”, sendo assim, existem diferentes tipos de pesquisa. Considerando a sua natureza, o presente estudo trata-se de uma pesquisa aplicada. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 51), a pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos”.

Do ponto de vista de seus objetivos, o estudo é classificado como uma pesquisa descritiva. Entende-se como descritiva, pois conforme Prodanov e Freitas (2013), busca apenas registrar os fatos observados sem interferir neles, sendo assim tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados sem manipulá-los.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, o estudo trata-se de levantamento. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 59), “esse tipo de pesquisa ocorre quando envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento desejamos conhecer através de algum tipo de questionário”. De acordo com os autores são limitações desse método e da aplicação de entrevistas, a ênfase em aspectos perspectivos, pouca profundidade no estudo da estrutura e dos processos sociais e limitada apreensão do processo de mudança.

Para tornar a pesquisa possível, em primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão, através de materiais já publicados constituído principalmente de livros, publicações em periódicos e artigos científicos, monografias, dissertações, teses, entrevistas de jornais e dados governamentais e não governamentais.

Do ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa, pois não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p.70), “na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. Ainda de acordo com os mesmos autores, “a utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades”.

A população-alvo deste estudo são as empresas exportadoras do ramo têxtil e de confecção com sede ou filial Município do Rio de Janeiro. Para efetuar o levantamento dessas empresas foi utilizado o catálogo de exportadores brasileiros disponível no portal Brazil4Export. A consulta foi realizada utilizando como filtros o estado de origem (Rio de Janeiro) e setor de atividade que resultou em 23 empresas conforme o Quadro 1, abaixo.

Quadro 1 - Empresas exportadoras no estado do Rio de Janeiro.

Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	0
Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	6
Confecção de roupas íntimas	5
Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	8
Confecção de roupas profissionais	0
Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	0
Fabricação de meias	0
Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	0
Preparação e fiação de fibras de algodão	0
Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	0
Fiação de fibras artificiais e sintéticas	0
Fabricação de linhas para costurar e bordar	0
Tecelagem de fios de algodão	2
Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	0
Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	1
Fabricação de tecidos de malha	0
Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis	0
Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	0
Fabricação de artefatos de tapeçaria	0
Fabricação de artefatos de cordoaria	1

Fonte: Elaborado a partir de consulta no portal Brazil4Export (2018)

Das 23 empresas encontradas, apenas 13 possuíam sede ou filiais no Município do Rio de Janeiro. Dessa forma, a amostra foi definida de maneira não probabilística por

conveniência. Foi utilizada como técnica de coleta de dados a entrevista (ANEXO 1), a qual é definida por Haguette (1997, p. 86), como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. A forma de entrevista utilizada foi a semiestruturada, que, na percepção de Bosi e Quaresma (2005, P.75), “combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto”.

De acordo com Bosi e Quaresma (2005), a principal vantagem desse tipo de entrevista é que quase sempre produzem uma melhor análise da amostra da população de interesse. As limitações desse método de acordo com os autores dizem respeito principalmente as limitações do próprio entrevistador, como por exemplo a escassez de recursos financeiros e dispêndio de tempo. Por parte do entrevistado há uma insegurança em relação ao seu anonimato (BOSI; QUARESMA, 2005). De acordo com os autores, essa insegurança diminui quando se opta pela entrevista semiestruturada.

Em primeiro momento foi realizado um pré-teste aplicado a uma empresa exportadora de outro ramo de atividade, permitindo modificações no roteiro para posterior aplicação. Após validação do roteiro, as entrevistas foram realizadas em três empresas do público-alvo até ser constatada saturação teórica, totalizando um total de cinco entrevistas com profissionais das mesmas.

A técnica de análise utilizada foi a análise de conteúdo. Para Moraes (1999, p.2), “a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos”. Bardin (1970, p. 9) aponta que a análise de conteúdo é um “conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. A análise de conteúdo “conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (MORAES, 1999, p.2).



## 4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Perfil dos Respondentes

Dentre as três empresas entrevistadas, duas atuam na confecção de roupas íntimas e uma com a fabricação de outros produtos têxteis não especificados, tais como tecido de lã e algodão com foco em tecidos para decoração e estofados. As empresas possuem uma faixa de exportação de até US\$ 1 milhão e diversos destinos conforme Quadro 2. Os respondentes foram os responsáveis pelo setor de exportações das empresas e profissionais diretamente envolvidos com o processo de exportação.

Quadro 2 - Destinos de exportação.

Empresa	Faixa de Exportação	Atividade	Destinos
Empresa A	Até US\$ 1 milhão	Confecção de roupas íntimas	Alemanha, Andorra, Angola, Bolívia, Cazaquistão, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dinamarca, Emirades Árabes, Equador, Espanha, Estados Unidos, Grécia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Liechtenstein, Líbano, Malta, Moçambique, México, Noruego, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Países Baixos, Peru, Portugal, Quênia, Suriname, Suíça, Turquia, Uruguai, Venezuela, Africa do Sul
Empresa B	Até US\$ 1 milhão	Confecção de roupas íntimas	Argentina, Bolívia, Estados Unidos, França, Indonésia, Israel, Japão, Líbano, Paraguai, Suriname.
Empresa C	Até US\$ 1 milhão	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	Argentina, Arábia Saudita, Chile, China, Cingapura, Colômbia, Emirados Árabes, Espanha, Estados Unidos, Malásia, México, Peru, Portugal, Reino Unido, Uruguai.

Fonte: Pesquisa (2018).

O desenvolvimento da pesquisa qualitativa ocorreu por meio da coleta de dados nas fontes primárias que resultou na realização de cinco entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais de três empresas do público-alvo. Essas entrevistas foram efetuadas junto a profissionais do setor têxtil e de confecção com sede ou filial no Município do Rio de Janeiro. A aplicação da entrevista ocorreu de forma presencial, através do deslocamento do pesquisador até a unidade de produção ou escritório comercial da empresa, e não presencial através da utilização de telefone conforme requerimento dos entrevistados.

## 4.2 Descrição dos Resultados

As cinco entrevistas foram realizadas em outubro de 2018 e tiveram em média 30 minutos de duração, tendo algumas sido gravadas, quando permitido, para posterior transcrição. Conforme acordado, todas as informações foram tratadas de forma confidencial, não sendo divulgados dados que possam identificar a organização. Para melhor descrição dos resultados, os entrevistados serão identificados ficticiamente conforme Quadro 3.

Quadro 3 - Entrevistados.

Responsáveis	
Empresa A	Elaine
Empresa B	Gustavo
Empresa C	Leonardo
Despachantes	
Empresa A	Pedro
Empresa C	Ricardo

Fonte: Pesquisa (2018).

No início da entrevista, buscou-se saber dos entrevistados a sua percepção acerca do processo de exportação antes da implementação do Programa Portal Único de Comércio Exterior. Na opinião dos entrevistados, o processo de exportação antes da implementação do programa era muito burocrático e demorado, conforme relatado por Leonardo.

Demorava uma semana para tirar o documento, dava entrada e depois de dois dias vinha uma resposta só que ele retornava com pendências. Algumas pendências eram razoáveis, mas outras eram coisas que poderiam ser resolvidas ali na hora, porém precisava preencher o documento, “bater a máquina” e todo o processo novamente, essa parte era muito burocrática e apresentava muita dificuldade (LEONARDO, Empresa C, 2018).

Além de demonstrarem que o processo era muito burocrático, os profissionais também destacaram a necessidade de retirada de documentação em diferentes órgãos e entidades.

Antigamente era necessário buscar documentos, certificados de origem, fazer registro de exportação. Eu entrava no programa da receita, fazia o registro de exportação, buscava os documentos que os países precisam,

como certificados de origem e outros. Alguns documentos era o Banco do Brasil que me fornecia, outros a Firjan. Sempre muita burocracia, muita dificuldade, qualquer “detalhezinho” era um problema (GUSTAVO, Empresa B, 2018).

Nenhum dos entrevistados relatou que perdeu um cliente por conta da demora no processo de exportação, mas de acordo com o Leonardo, da empresa C, a situação apresentava estresses pois, “o cliente queria a mercadoria, mas a mercadoria não estava liberada por conta de problemas de documento. Como demorava muito, atrasava o processo de entrega de mercadoria”.

As próximas perguntas foram direcionadas para o objetivo principal desta pesquisa, que é verificar a percepção dos profissionais sobre as alterações decorrentes da implementação do Programa Portal Único de Comércio Exterior. De acordo com os entrevistados, após a implementação do programa, os processos foram simplificados e se tornaram mais ágeis. Para Elaine, da empresa A “o processo de exportação teve seu trâmite de desembaraço otimizado em cem por cento com a implementação da nova sistemática aduaneira sem a burocracia anterior existente”.

Quando questionados sobre as oportunidades e dificuldade trazidas pelo programa, os profissionais destacaram que o programa é “muito eficaz e ágil” e que se trata de uma oportunidade de se agilizar os processos. A respeito das dificuldades, foi apontado apenas que as essas ocorrem em algumas operações especiais em função do despreparo de alguns profissionais do setor.

Sobre a redução dos prazos, os profissionais afirmaram que ela ocorreu, e que com as alterações do processo, a liberação da documentação/mercadoria ocorre entre 24 a 48 horas, conforme afirmado por Pedro, “dependendo da entrega da carga ao terminal alfandegado, a liberação pode ocorrer em menos de 24 horas”.

Indagados sobre a possível redução dos custos, os profissionais consideraram que sim, houve redução dos custos operacionais, pois com a redução dos prazos, há redução dos custos com armazenagem, tendo em vista que ela é calculada de acordo com a data de embarque da mercadoria.

Houve redução dos custos, por exemplo com a armazenagem. Só para você entender, a contagem se dá em função da data de entrega da carga ao terminal da companhia responsável pelo embarque até a data de embarque, então como a liberação tem sido mais rápida diminui-se o custo com a armazenagem (RICARDO, empresa C, 2018).

A respeito do impacto que as alterações decorrentes da implementação causaram na competitividade, a maior parte dos entrevistados considerou que não houve impacto na competitividade da empresa. Leonardo, da empresa C, considera que as medidas causaram um pouco de impacto na competitividade, mas não considera que sejam capazes de criar um diferencial.

A proposta tem facilitado, sem dúvidas, e isso causa um impacto na competitividade sim, mas além de simplificar é necessário distribuir, o custo da fabricação é muito alto. O nosso custo, os nossos preços são altos, eu tenho um preço acima do mercado mundial (LEONARDO, empresa C, 2018).

Indagados sobre outras questões que precisam ser tratadas pelo governo, os entrevistados consideraram que há uma necessidade de redução das tarifas alfandegárias e planejamento de governo para fomentação da indústria brasileira.

Não é só simplificar documentos, para aumentar a competitividade da empresa é necessário um planejamento de governo para que todos os industriais tenham força para exportar para o mundo inteiro. Enquanto o governo não ajudar, industrializar mais, tornar a indústria forte em termos de competitividade é complicado. Para você ver, está reduzindo cada vez mais os números de fornecedores aqui na fábrica, eu não tenho recebido representantes comerciais me oferecendo fios diferentes, acabamentos diferentes, peças para a máquina, soluções têxteis diferenciadas, competitividade de preços de fios, dois fornecedores me oferecendo o mesmo fio [...] eu não vejo isso. Eu vejo cada vez menos isso, nós precisamos ter maior competitividade dentro do mercado têxtil (GUSTAVO, empresa B, 2018).

Os entrevistados também destacaram que os custos de produção e os custos de frete no Brasil são muito altos e essas são questões que afetam altamente a sua competitividade no mercado mundial. Segundo Leonardo, “nós mal conseguimos exportar porque o custo de produção no Brasil é muito alto, o que eleva meu preço mercado internacional. Não se trata somente da competitividade da indústria têxtil, mas sim da competitividade da indústria em geral”.

Eu tive muitos problemas com o custo de frete, pois ele é muito caro. Tive um cliente que falava que o preço da mercadoria estava certo, mas o custo de frete era absurdo, que ele não pagava esse frete para nenhum lugar do mundo. Ele parou de comprar por causa disso (ELAINE, empresa A, 2018).

### 4.3. Análise dos Resultados

De acordo com os obtidos por esta pesquisa, percebe-se que o processo de exportação anterior às alterações era muito burocrático e demorado e após ela, tornou-se mais simplificado e ágil. Dessa forma, considera-se que o programa apresentou um passo importante para agilizar os processos de exportação. A respeito das dificuldades apresentadas pelo programa, destaca-se que apenas ocorreu em algumas operações especiais devido ao despreparo de alguns profissionais do setor, isso se deve à necessidade de utilização de ferramentas e tecnologias específicas que alguns profissionais não estavam familiarizados.

Sobre a redução dos prazos, percebe-se que ela aconteceu, pois através alterações do processo, a liberação da documentação/mercadoria que antes demorava mais de uma semana, ocorre entre 24 a 48 horas. De acordo com os dados do Banco Mundial (2018), a reforma ocorrida no processo de exportação em 2017 reduziu significativamente o tempo necessário para cumprir as exigências documentais. Com isso, conforme relatório do Banco Mundial (2018), o Brasil galgou 33 posições na classificação global, alcançando a 106ª posição no quesito Comércio Internacional. No *ranking* de melhores parceiros comerciais, o Brasil alcançou a 109ª em 2018 posição, subindo 16 posições em relação a 2017.

De acordo com os resultados da pesquisa, o programa foi considerado muito eficaz e ágil, pois apresenta agilidade na liberação da mercadoria, causando impactos diretamente na diminuição dos custos, uma vez que possibilitou a redução dos custos com armazenagem. Embora perceba-se que a simplificação dos processos teve um impacto importante, reduzindo os prazos e custos, os resultados demonstram que, na percepção dos profissionais, as alterações decorrentes da implementação causaram pouco ou nenhum impacto na competitividade.

Esse resultado aponta que existem outras questões que precisam ser tratadas pelo governo, como a redução das tarifas alfandegárias e elaboração de um plano de governo para fomentar a indústria brasileira. Conforme as entrevistas realizadas e de acordo com o Banco Mundial (2018), o Brasil possui problemas competitivos devido à ausência de um ambiente de negócios adequado, de um mercado relativamente fechado ao comércio externo e da pouca concorrência interna.

## 5. CONCLUSÃO

### 5.1 Considerações Finais

Mediante a globalização da economia, principalmente nas duas últimas décadas, os países intercambiam bens e serviços com mais rapidez, em um fluxo que tende a ser cada vez mais ágil e interativo. O comércio internacional tende a ser benéfico para qualquer país nele envolvido. Os países são beneficiados com a possibilidade de comercializar uns com os outros, uma vez que o comércio permite que eles se especializem naquilo que fazem melhor e desfrutem de uma maior variedade de bens e serviços, essa expansão de escolhas significa que é sempre possível redistribuir renda de tal modo que todos saiam ganhando com o comércio.

O Brasil apesar de ser uma das maiores economias mundiais, possui uma participação medíocre no comércio internacional. O percentual de exportações em relação ao PIB, é de aproximadamente 13%, um valor baixo, principalmente em comparação com outros países. Além disso, a participação do país no volume mundial de exportação de bens em 2017 foi apenas 1,3%. Com o intuito de facilitar a exportação e, assim, reduzir prazos e custos e aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior, o governo federal lançou, em 2017, o Programa Portal Único de Comércio Exterior. De acordo com o MDIC (2017), a iniciativa teve como objetivo reformular os processos de importação, exportação e trânsito aduaneiro, tornando os processos mais eficientes, harmonizados e integrados entre os diferentes agentes envolvidos no comércio exterior.

Este trabalho teve como objetivo verificar a percepção dos profissionais que trabalham com a exportação de produtos têxteis e de confecção a respeito das mudanças decorrentes da implementação do Programa Único de Comércio Exterior. De acordo com os resultados desta pesquisa, a percepção desses profissionais é positiva. O processo de exportação antes da implementação do programa era muito burocrático e demorado e após a implementação do programa, os processos tornaram-se mais simplificados e ágeis. As alterações também contribuíram significativamente para a redução dos prazos, que culminou com a redução dos custos decorrentes do processo de exportação.

Analisando as oportunidades e dificuldades trazidas pelo programa, constatou-se que se trata de uma ferramenta eficaz e ágil que apenas apresenta algumas dificuldades em operações especiais em função do despreparo de alguns profissionais do setor. No setor têxtil e de confecção, os objetivos do programa foram atendidos. Com as alterações

do processo, a liberação da documentação/mercadoria ocorre entre 24 a 48 horas, ocasionando a redução dos custos operacionais.

## **5. 2 Sugestões para Futuros Trabalhos**

O comércio internacional, a inserção do Brasil no mercado mundial e o modelo de comércio exterior brasileiro são temas que apresentam uma dinâmica complexa e que exigem constantes pesquisas visando minimizar as lacunas na área e direcionar estudos e ações para maior desenvolvimento do comércio exterior brasileiro. Para um entendimento mais abrangente a respeito das alterações decorrentes da implantação do programa e a respeito do processo de exportação brasileiro sugere-se estudos mais aprofundados sobre o tema e que também utilize como público alvo empresas exportadoras de diferentes ramos.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1970.

BESSA, L. D. O. F. **Modelo de referência para processo de exportação de produtos alimentícios para União Europeia**. 2016. 246 f. Tese (Doutorado em Engenharia) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Mecânica e de Materiais, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018. Disponível em: <[http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2509/1/CT\\_PPGEM\\_D\\_Bessa%2C%20Ligia%20de%20Oliveira%20Franzosi\\_2016.pdf](http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2509/1/CT_PPGEM_D_Bessa%2C%20Ligia%20de%20Oliveira%20Franzosi_2016.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2018.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005. ISSN 1806-5023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

BRASIL. Decreto n. 660, de 25 de setembro de 1992. Institui o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX. **Planalto**, 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0660.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0660.htm). Acesso em: 08 nov. de 2018.

CAVES, R. E.; FRANKEL, J. A.; JONES, R. W. **Economia internacional**. São Paulo: Saraiva, 2001.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Desafios à competitividade das exportações brasileiras**. Confederação Nacional da Indústria, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Brasília: CNI, 2016. 144 p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Desafios à competitividade das exportações brasileiras**. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Brasília. 2016. 144 p.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

KEEDI, S. **ABC do comércio exterior: abrindo as primeiras páginas**. 4 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2012.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 24.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia internacional**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2010.



LOPEZ, J. M. C.; GAMA, M. **Comércio exterior competitivo**. São Paulo: Aduaneiras, 2005.

MALUF, S. A. **Administrando o comércio exterior do Brasil**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MANFRÉ, M. **Manual de gestão do comércio internacional: fundamentos, estratégias e ações**. Brasília: Clube de Autores, 2009.

MANKIW, G. **Introdução à economia**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Etapas de implementação. **MDIC**, entre 2014 e 2018. Disponível em <<http://portal.siscomex.gov.br/conheca-o-portal/programa-portal-unico-de-comercio-exterior-1/andamento-do-programa>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Governo lança novo processo de exportações. **MDIC**, 2017. Disponível em <<http://portal.siscomex.gov.br/conheca-o-portal/governo-lanca-novo-processo-de-exportacoes>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Sobre o programa. **MDIC**, 2015. Disponível em: <<http://portal.siscomex.gov.br/conheca-o-portal/programa-portal-unico-de-comercio-exterior-1/programa-portal-unico-de-comercio-exterior>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

MINERVINI, N. **O exportador: ferramentas para atuar com sucesso nos mercados internacionais**. São Paulo: Makron Books, 2005.

MORAES, R. Análise de conteúdo: limites e possibilidades. In: ENGERS, M.E.A. (Org). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, M. M.; CORREA, P. G. **Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo**. Texto para Discussão nº 49. BNDES: Rio de Janeiro, 1997.

MORETI, F. P. **Abertura comercial brasileira: contrapondo opiniões**. 2011.

NOGUEIRA, A. J. F. M.; BASTOS, F. C. Formação em administração: o GAP de competências entre alunos e professores. **Revista de Gestão**, v. 19, n. 2, p. 221-238, 2012.

PEREIRA, L. A. G. **Logística de transportes e comércio internacional: os fluxos das exportações e das importações de mercadorias no norte de Minas Gerais**. 2015. 219 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em:

<<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15999/1/LogisticaTransportesComercio.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

PINHEIRO, A. C.; MARKWALD, R. A.; PEREIRA, L. V. **O desafio das exportações**. BNDES: Rio de Janeiro, 2002.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

SARQUIS, S. J. B. **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

TOSTA, H. T.; COSTA, A. M.; TOSTA, K. C. B. T.; FREIRE, P. S.; TECCHIO, E. L. Mapeamento e análise dos processos de importação de uma pequena empresa brasileira. **Revista de Negócios**, v. 18, n. 4, p. 17-32, 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/17692/mapeamento-e-analise-dos-processos-de-importacao-de-uma-pequena-empresa-brasileira>>. Acesso em: 15 out. 2018.

VAZQUEZ, J. L. **Comércio exterior brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

WALDEN BELLO. Crítico da OMC vê disputa entre 'gigantes e anões'. Brasil: 2002. **BBC Brasil**. Entrevista concedida a Rodrigo Amaral.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **World Trade Estatistical Review**. Switzerland: 2018. Disponível em: <[https://www.wto.org/english/res\\_e/statis\\_e/wts2018\\_e/wts2018\\_e.pdf](https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2018_e/wts2018_e.pdf)> Acesso em: 08 nov. de 2018.

## **ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Responsável:

1. Qual a sua perspectiva a respeito do processo de exportação?
2. Qual a sua percepção a respeito do Portal Siscomex e o novo processo de exportação implementado pelo governo a partir de 2017?
3. Qual impacto que a alteração dos trâmites causou no processo de exportação? Os prazos foram reduzidos? (Em quanto tempo?) Houve redução dos custos? (Em qual percentual?) Você considera que as alterações aumentaram a competitividade da empresa?
4. Houve algum caso em que a empresa foi prejudicada ou perdeu um cliente por conta do processo exportação? Antes ou depois da implementação do programa?
5. Que outras questões deveriam ser tratadas pelo governo para facilitar o processo de exportação?

Despachante:

1. Qual a sua perspectiva a respeito do processo de exportação?
2. Qual a sua percepção a respeito do Portal Siscomex e o novo processo de exportação implementado pelo governo a partir de 2017?
3. Quais as principais oportunidades e dificuldades encontradas após a implementação do programa?
4. A proposta do projeto é reduzir prazos e custos, além da integração e simplificação dos processos. Você considera que a proposta está sendo cumprida? Porque você considera que sim/não? Se sim, em média os prazos foram reduzidos em quanto tempo?
5. Houve redução dos custos com a implementação? Em qual percentual?
6. Qual impacto que a simplificação dos trâmites causou no processo de exportação?
7. Que outras questões deveriam ser tratadas pelo governo para facilitar o processo de exportação?